

**ENTRE RAZÕES E PERSPECTIVAS, CAMINHOS E INSPIRAÇÕES: ALGUNS  
MOTIVOS PARA QUE A SAÚDE E A EDUCAÇÃO CAMINHEM JUNTAS**

***ENTRE RAZONES Y PERSPECTIVAS, CAMINOS E INSPIRACIÓN: ALGUNAS  
RAZONES PARA QUE SALUD Y EDUCACIÓN CAMINEN JUNTAS***

***BETWEEN REASONS AND PERSPECTIVES, PATHWAYS AND INSPIRATION:  
SOME REASONS FOR HEALTH AND EDUCATION TO WALK TOGETHER***



Janine Marta Coelho RODRIGUES<sup>1</sup>  
e-mail: janinecoelho68@gmail.com



Silvestre Coelho RODRIGUES<sup>2</sup>  
e-mail: silvestrerodrigues@hotmail.com



Aureliana da Silva TAVARES<sup>3</sup>  
e-mail: tavares.aureliana@gmail.com

**Como referenciar este artigo:**

RODRIGUES, J. M. C.; RODRIGUES, S. C.; TAVARES, A. S. Entre razões e perspectivas, caminhos e inspirações: Alguns motivos para que a saúde e a educação caminhem juntas. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 18, n. 00, e023049, 2023. e-ISSN: 1982-5587. DOI: <https://doi.org/10.21723/riaee.v18i00.18324>



| Submetido em: 13/09/2022  
| Revisões requeridas em: 25/01/2023  
| Aprovado em: 10/02/2023  
| Publicado em: 11/08/2023

**Editor:** Prof. Dr. José Luís Bizelli  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

<sup>1</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação.

<sup>2</sup> Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa – PB – Brasil. Professor Efetivo do Departamento de Psicopedagogia do Centro de Educação.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Amargosa – BA – Brasil. Professora Substituta do Centro de Formação de Professores.

**RESUMO:** O estudo trata de uma pesquisa bibliográfica com ênfase nas discussões sobre a formação de profissionais na ótica da diversidade, a partir da perspectiva das interfaces da saúde com a educação como espaço de formação do ser humano. A reflexão permeia num olhar crítico em atuação conjunta e intercomplementar da Saúde com a Educação, viabilizando os processos de inclusão social, cultural e digital. Destacamos as atividades interdisciplinares que possuem como foco a minimização da marginalização na sociedade informatizada e que apontam também para a formação de profissionais com novos significados, novas exigências sociais. Concomitantemente, a pesquisa evidencia que a interrelação entre o ensino formativo, técnico e profissional determina a prioridade dos cursos formativos, levando em conta a ética, o rigor científico e intelectual e o enfoque multi e interdisciplinar, especialmente na área da educação e saúde.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de Profissionais. Diversidade. Saúde. Educação.

**RESUMEN:** El estudio se basa en una investigación bibliográfica que enfatiza las discusiones sobre la formación de profesionales en la ética de la diversidad en la perspectiva de las interfaces de la salud con la educación, como espacio para la formación del ser humano. La reflexión permea una mirada crítica a la acción conjunta e intercomplementaria de la Salud con la Educación, posibilitando los procesos de inclusión social, cultural y digital. Destacamos la acción interdisciplinar enfocada a minimizar la marginación en la sociedad informatizada, que también pretende formar profesionales con nuevos significados, nuevas demandas sociales. Al mismo tiempo, la investigación muestra que la interrelación entre formación, formación técnica y profesional, determina la prioridad de dos cursos de formación, teniendo en cuenta la ética, el rigor científico e intelectual y el enfoque multi e interdisciplinario, especialmente en el área de educación y salud.

**PALABRAS CLAVE:** Formación de Profesionales. Diversidad. Salud. Educación.

**ABSTRACT:** The study deals with bibliographical research with an emphasis on discussions about the training of professionals from the perspective of diversity from the perspective of the interfaces between health and education, as a space for the formation of human beings. The reflection permeates a critical look at the joint and intercomplementary action of Health with Education, enabling the processes of social, cultural and digital inclusion. We highlight interdisciplinary activities as a focus on minimizing marginalization in the computerized society, which also points to the training of professionals with new meanings, new social demands. Concomitantly, the research shows that the interrelation between formative, technical and professional teaching determines the priority of formative courses, taking into account ethics, scientific and intellectual rigor and a multi and interdisciplinary focus, especially in the area of education and health.

**KEYWORDS:** Training of Professionals. Diversity. Health. Education.

## Introdução

O estudo objetiva estimular as discussões sobre a formação de profissionais na ótica da diversidade, a partir da perspectiva das interfaces da saúde com a educação, como espaço de formação do ser humano. Sabemos dos inúmeros entraves que a escola precisa superar para concretizar uma prática pedagógica e social, democrática e inclusiva. São diversos fatores a serem mobilizados: a qualidade e o compromisso sociopolítico e cultural de todos (as) que fazem a escola, a acessibilidade para os deficientes em relação ao espaço físico, a remoção de barreiras arquitetônicas, os materiais pedagógicos especializados e metodologias diversificadas, e a garantia do acesso e da permanência das pessoas com deficiência a partir da égide da Lei Brasileira de Inclusão/2015.

Importante lembrar a relevância do estabelecimento de parcerias e cooperações interinstitucionais e, também, da formação dos profissionais, que nesta perspectiva constituem-se em agentes de inclusão e nos fazem refletir sobre estas questões, que implicam numa formação qualificada e competente. Tal condição já se revela um primeiro passo para a construção de uma escola que lida com a diversidade, onde a finalidade da educação seja a formação do ser humano.

Alguns pontos iniciam nossa discussão: como desenvolver um processo formativo que reconheça a educação como espaço de formação do humano? Que medidas de superação dos entraves na escola oportunizam a concretização de uma prática profissional democrática e inclusiva? Que elementos de influência dos modelos formativos favoreceriam a formação continuada enquanto uma busca individual realizada no coletivo? Como a Saúde pode auxiliar a Educação na construção de novas atitudes docentes éticas, sociais e pedagógicas?

Pensamos que essa atuação conjunta e intercomplementar da Saúde com a Educação viabiliza os processos de inclusão social, cultural e digital. As atividades interdisciplinares tendo como foco a minimização da marginalização na sociedade informatizada apontam também para a formação de profissionais com novos significados, novas exigências sociais. Parece-nos, e a sociedade vem nos mostrando, a necessidade do surgimento de novos saberes para a prática educativa. Neste sentido, mobilizando esses saberes, a Educação, a escola e aqueles que com elas colaboram serão capazes de trabalhar a favor da inclusão e da diversidade, executando as políticas públicas para práticas educativas menos excludentes, reconhecendo as diferenças sem inferiorizá-las e superando os preconceitos, entendendo e reconhecendo o outro, partilhando e acolhendo sem nenhuma forma de discriminação.

Os profissionais que lidam com essa clientela tão especial, elementos de discussão deste estudo, aprendem juntos a valorizar as identidades socioculturais e raciais; a enfrentar os desafios de reunir e mediar as ações de ensino e aprendizagem para todos.

Um destaque importante no processo formativo desses profissionais, em particular, deverá ser a manutenção de um enfoque integrado de investigação e pesquisa com articulação imediata, teoria-prática nas ações no contexto da sala de aula, na escola e/ou em espaços não formais de educação.

Caberia às agências de formação reforçar nos currículos dos cursos espaços para estimular o estudo e a pesquisa, através das atividades planejadas com os alunos, oportunizando a vivência em sala de aula e ações afirmativas de inclusão e respeito à diversidade nas comunidades envolvidas.

Uma questão se coloca como norte de nosso estudo: como se capacita um profissional dentro de uma dinâmica social que sabemos ser movida por fatores econômicos, sociais e políticos e cuja meta é a formação do humano? É nosso interesse analisar a formação do humano como um dos aspectos fundamentais da educação e diversidade, a partir do estudo dos processos formativos dos profissionais que atuam na escola e a partir da constatação das várias direções da trajetória formativa e profissional inclusiva.

Parece-nos que quanto mais clara for a visão, quanto mais definida for a compreensão dos espaços profissionais que podem ocupar, mais há a necessidade de conhecer os Códigos de Ética, sobretudo quando explica a área de estudo e os diversos espaços de atuação no contexto de Saúde e Educação. É importante para o profissional da Educação e da Saúde compreender o processo da aprendizagem humana; as condições normais e patológicas da aprendizagem, o contexto familiar, a escola, além de transitarem nos espaços formais e não formais onde a escolarização pode acontecer: tais elementos constituem-se nos procedimentos específicos que podem ser analisados e discutidos como fenômenos da aprendizagem, à luz desses elementos e considerando o desenvolvimento psicossocial-educacional e físico da criança e do adolescente; estes profissionais, juntos, podem, sem sombra de dúvida, minimizar os problemas de aprendizagem, tão comuns hoje em nossas escolas.

Nos processos formativos dos profissionais que lidam com o desenvolvimento humano verificamos a existência de vários fatores intervenientes, entre eles, a influência de distintos modelos formativos, das dificuldades dos mercados de trabalho, da (des)valorização profissional e outros tópicos como gênero e classe. Tais questões têm influenciado, desde então, os caminhos de uma educação mais tolerante e inclusiva.

Todos os seres humanos constroem conhecimentos de várias maneiras e por diferentes razões. As experiências cotidianas vivenciadas, criadas pelos indivíduos, constituem-se espaços de aquisições de conhecimentos. Nessa perspectiva, a profissão docente tem um conhecimento específico, que é utilizado e repassado no ato de ensinar e aprender, de uma geração para outra, de transmitir o conhecimento produzido em diferentes manifestações e formas de expressão.

Pensamos que reconhecer nos alunos os saberes que trazem já construídos em diferentes espaços e nas suas relações cotidianas, é notar as aprendizagens e vivências sociais, e estimular transformações desses saberes em conhecimentos, respeitando sobremaneira os níveis de escolarização. Esse reconhecimento passa, também, por considerar as aquisições e habilidades que os alunos já dispõem, tal qual as relações entre os profissionais da educação, os aprendentes e aprendizes que convivem em espaços não formais de educação e escolarização. Nesse sentido, a atuação interdisciplinar e intercomplementar dos profissionais, assessorando e orientando um trabalho coletivo, é fundamental para otimização da atividade educativa.

A profissionalização de profissionais para atuar na área da Educação e da Saúde é um tema de fácil trato discursivo, posto que atualmente vem sendo incorporado nos discursos formativos, mas de difícil operacionalização, sobretudo no momento da formação (RODRIGUES, 2003).

O que deve ser modificado ou reorganizado na formação dos profissionais para logarmos uma aproximação da profissionalização, que seja capaz de trabalhar a diversidade com tolerância e respeito às diferenças?

São inúmeros os fatores a serem mobilizados, controlados, definidos, mas dentre eles um se destaca, a visão fragmentada das teorias psicopedagógicas que impedem o profissional de argumentar e explicar com segurança suas ações pedagógicas.

A profissionalização é uma busca difícil, complexa mas possível, se perseguida através de atitudes de valorização da pesquisa no processo formativo, da socialização de resultados e de estudos e pesquisas, que consolidam um modelo, um caminho de profissionalização que se espera obter, uma profissionalização capaz de preparar o profissional para conviver e trabalhar com a diversidade nos diversos espaços sociais, que o instrumentalize para o exercício de uma prática profissional responsável e inclusiva.

O reconhecimento do trabalho democrático e inclusivo é redimensionado em parcerias institucionais que acenam para a construção de um status profissional distinto, que é construído no individual e no social, que se articulam e se complementam, sobretudo quando pensamos em atividades integradoras e interdisciplinares entre a escola e a comunidade.

A construção de uma nova atitude ética, pedagógica, a escolha de ser um profissional com fazeres, dizeres, contradições e compromissos profissionais e uma maior mobilização do pensamento crítico sinalizam as oportunidades de refletir sobre as práticas, do que fazem e porque fazem o trabalho educativo dentro de uma realidade social posta. Saviani (2003, p. 21) diz: se para formar homens, é necessário um profundo conhecimento da realidade humana e se a realidade humana é essencialmente histórica, então o educador precisa conhecer a história e a diversidade.

Daí, pensamos que a ênfase na compreensão e aceitação dos diferentes contextos sócio-históricos e econômicos dos alunos e suas famílias podem significar as primeiras iniciativas para reconhecimento das diferenças e da diversidade. Por outro lado, o desenvolvimento e cultivo de sentimentos de responsabilidade e pertencimento concretizam a necessidade de formar profissionais na ótica do ser humano.

Boff (1996, p. 33) nos inspira quando, em seus artigos, diz que

[...] cuidar é mais que um ato; é uma atitude ... abrange mais que um momento de atenção [...] representa ocupação, preocupação, responsabilização e envolvimento afetivo com o outro[...].

Pelas práticas do cotidiano vivenciado, percebemos que a partir da constatação das várias direções e espaços da trajetória dos profissionais inclusivos, estes caminhos teórico-metodológicos e as posturas profissionais assumidas sofrem a influência de vários modelos formativos, da (des)valorização profissional, dentre outros, e que tais questões têm determinado, desde então, os caminhos da profissionalização, sobretudo numa perspectiva mais crítica. Logo, são essas questões pensadas e contextualizadas que se constituem hoje no norte de nossas buscas.

A inclusão socioeducacional, que expressa a pluralidade e a diversidade, no âmbito da escola, passa por vários segmentos, dentre eles, a inclusão digital, que visa evitar que pessoas e países fiquem à margem da sociedade informatizada. À exemplo disso, a ONU passa a exigir que os países abram suas atividades econômicas à tecnologia. Isto significa considerar o ciberespaço como uma rede comunicacional global. Neste sentido, os espaços virtuais encurtam as distâncias do desconhecimento e da desinformação.

Situações como o uso de cartões eletrônicos, robôs, aparelhos eletrodomésticos, fotocopiadoras, fax, celulares, TVs, DVDs, iPods, *tablets* e computadores, representam a captura e apresentação de informações que os sujeitos sociais precisam dominar. Assim, com o fito de inserir os estudantes na sociedade informatizada, cabe à escola passar aos seus alunos

todas as funções da informática, que, para Vigotski (2000, p. 46), constituem-se em: captura, digitalização, memória, tratamento e apresentação. São funções que, na perspectiva geral de uma educação tecnológica, darão a oportunidade da inclusão dos alunos e da escola no mundo virtual. Para tanto, a formação do profissional, na sociedade do conhecimento, implica numa relação entre os processos formativos e os novos significados trazidos à sociedade pela informatização e novas tecnologias.

A sociedade da informação, também chamada de sociedade do conhecimento, utiliza uma intensa rede de informática e telecomunicações, que disponibiliza com mais eficiência os saberes, ignorando fronteiras geográficas ou limites espaciais, tornando a educação mais que um processo de ensino e de aprendizagem. O profissional, como mediador das informações tecnológicas, precisa desenvolver suas próprias competências para lidar com o avanço das tecnologias.

O uso de TVs, videoconferências, retroprojetor, *lives*, Google Meet e da pesquisa através das infovias propicia, nos cursos de formação desses profissionais, a aprendizagem de uma atitude investigativa, construindo, entre os alunos, perfis de pesquisadores. Tais ações didático-pedagógicas inovam os contextos educacionais, renovam antigas práticas e permitem o acesso mais imediato às informações e à produção e disseminação do conhecimento.

Compreendemos que os computadores e os *softwares* educacionais trazem em si duas faces em relação à democratização de sua utilização. A tecnologia não escapa do bem ou do mal historicamente percebido nas mudanças sociais. Contudo, o uso de um simples computador na escola torna-se fator de diferenças, realçando as desigualdades sociais e de ações educativas, dentro de uma perspectiva de avanços e superação.

Os desafios desta era tecnológica para as escolas e seus profissionais são inúmeros. Esse período de pandemia, principalmente 2020 e 2021, demonstrou como a escola estava distante das tecnologias; as aulas on-line foram aprendidas a serem elaboradas no processo, assim como os softwares e as aulas remotas. Por outro lado, pensamos que é preciso rever os conteúdos dos cursos de formação de profissionais que lidam com a formação do Outro. A formação dos professores que atuam nas escolas, e daqueles que os assessoram, precisa passar por mudanças que implicam na formação do próprio homem. Freire (1997), em *Pedagogia da Autonomia*, apresenta o que ele considera serem os saberes necessários à prática educativa. Tais saberes, que aglutinam aspectos da docência enquanto especificidade da atividade humana, exigem rigorosidade, método, respeito, criticidade, ética, alegria, esperança e disponibilidade para o

diálogo; tais questões representam uma prática pedagógica responsável pela formação de um(a) profissional comprometido com a mudança que a educação é capaz de promover.

Freire (1997) já refletia sobre a necessidade da educação e conscientização do homem, enquanto sujeito social, inserido numa realidade que ele deveria compreender e transformar.

Cabe à escola e aos que nela atuam desempenhar este papel transformador, evitando uma prática bancária e assumindo uma prática pedagógico-social que tem como suporte uma pedagogia da esperança, que liberta e faz pensar.

O profissional à luz das ideias freireanas é outro, é aquele que entende a importância do ato de ler, como uma leitura da vida como prática de uma liberdade de pensamento que liberta da opressão, descortinando o entendimento do mundo, das coisas e das pessoas, sem medo e com a ousadia que a educação inspira. Assim, educação é mudança, é viver e aprender a cada dia, através das ações de cultura e educação que podem ser desenvolvidas na escola da vila, na escola da vida.

Uma escola considerada inclusiva, na ótica da diversidade, parte da revisão e instalação de papéis deste novo ou renovado profissional, que deve ser acompanhado e assessorado, desenvolvendo o papel de facilitador e mediador de aprendizagens e de desenvolvimento dos alunos nas ações educativas integradoras.

### **Desafios, dificuldades e perspectivas de uma educação democrática e inclusiva na ótica da diversidade**

Os termos inclusão, exclusão e diversidade expressam uma abordagem educacional que vem se mostrando benéfica para os (as) que devem ser considerados cidadãos aceitos como iguais, e também benéfica para os considerados normais, que conseguem exercitar a estruturação de suas personalidades, convivendo com as diferenças.

No século XX, os processos de reabilitação, socialização e integração das minorias excluídas na rede regular de ensino era norteados pelo conceito de normalização. Tal expressão era usada para identificar necessidades de atenção específica, com recursos diferenciados: materiais, supressão de barreiras arquitetônicas, adaptação de prédios públicos e edifícios, formação de professores, (re) elaboração de processos de avaliação, adaptação dos currículos a novas metodologias.

A educação inclusiva, a partir dos anos 90, da Assembleia Geral da ONU, sob o lema “Sociedade para Todos”, influenciou o Brasil na criação da proposta educacional do plano decenal de educação. Essa proposta objetiva a inclusão educacional e social de grupos

marginalizados e minoritários como: crianças de rua, afrodescendentes, deficientes, ciganos, indígenas e todos que sofrem exclusões parecidas nos processos educativos.

Na Assembleia da ONU na Tailândia (UNICEF, 1990) e na Assembleia da ONU na Espanha (UNESCO, 1994), onde estavam presentes 155 governos, incluindo o do Brasil, surgiu a Declaração de Salamanca – documento que expressa a inserção e visão pedagógica do desenvolvimento humano, respeitando os ritmos e as formas diferenciadas de aquisição de aprendizagens.

A proposta inclusiva representa uma política pública na área da pesquisa e trabalho e de práticas educativas com atividades que precisam sair do discurso, romper com o caráter assistencialista e paternalista que sempre envolveu a educação para todos. A inclusão dos excluídos em todos os níveis de ensino assume uma bandeira, acima de tudo, humanista e democrática.

A prática da compreensão e aceitação das diferenças e o respeito às deficiências depende muito da conscientização, da sensibilidade, do respeito, do conhecimento dos processos de desenvolvimento, da aceitação, e muito menos da legislação. Acreditamos que signifique uma atitude construída, um engajamento individual, social e coletivo de superação de preconceitos.

Entendemos a educação e a diversidade como pontos de partida para que se constitua um processo dinâmico de muitas faces, desenvolvido através de um trabalho social e pedagógico onde a atitude de aceitação das diferenças extrapola a simples colocação dos alunos com algum tipo de deficiência na sala de aula ou se estabeleçam cotas de inserção de minorias sociais nas Universidades.

Os princípios da diversidade e da inclusão podem ser compreendidos como a celebração das diferenças, da liderança, do direito de pertencer, da valorização da diversidade humana, da solidariedade, da importância das minorias, da cidadania e, enfim, da qualidade de vida, do padrão de excelência dos resultados educacionais, da colaboração e cooperação com estratégias de apoio com novos papéis e responsabilidades, envolvendo todos que fazem a escola e os parceiros comunitários nos processos educativos.

Comprendemos, então, que o papel do profissional integrado com as ciências da Educação e da Saúde, numa perspectiva inclusiva contribui para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e tem importância fundamental na qualidade das relações pessoais e sociais que se estabelecem na escola.

## **O profissional interdisciplinar, que caminha junto com a Educação e a Saúde e a proposta inclusiva: como lidar com as diferenças?**

Uma ação educativa que se oriente pela diversidade reconhece o fazer e o saber pedagógico, assumindo, explorando e estimulando as potencialidades do universo da escola. Valoriza a identidade sociocultural e étnica, atende aos desafios de reunir alunos diferentes, tornando-se aquele mediador que garante espaços de ensino e de aprendizagem para todos.

Um dos aspectos mais significativos desta escola inclusiva é a formação e capacitação de seus professores, de modo que, a esses professores sejam dadas condições práticas educacionais e pedagógicas de trabalhar com seus alunos com total participação na sala de aula.

Através da informação e reflexão a respeito das necessidades educacionais, de atividades integradas orientadas por um profissional que invista nos processos inclusivos, da reformulação de currículos, da articulação de conteúdos evitando a fragmentação teórica descontextualizada da prática, do conhecimento dos processos diferenciados de ensino-aprendizagem oferecidos ao professor, certamente os resultados dos processos de aprendizagem dessa escola cidadã demonstrarão uma inclusão possível, como esperado pelos pais e pela sociedade.

Diante das discussões postas até aqui, cabe indagar: o que é inclusão? Entendemos que, antes de tudo, é atitude; assim sendo, não pode ser imposta. É construída a partir da interiorização da aceitação, da ação colaborativa e da convivência com as diferenças, com a diversidade dos seres humanos. É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro, partilhando e acolhendo todas as pessoas sem exceção. Inclusão no respeito à diversidade, para inclusão das minorias: dos meninos de rua, dos afrodescendentes, dos homossexuais, das pessoas com deficiência, dos ciganos, dos indígenas, dos idosos, das mulheres, enfim, dos que representam um grupo considerado vulnerável, vítima de opressão ou discriminação por qualquer motivo.

A escola deve ser o reflexo da vida da sociedade e, como tal, deve viver a experiência de conviver com as diferenças. Um profissional engajado na luta pelos Direitos Humanos, preocupado com a formação do humano, na perspectiva da inclusão, na aceitação e reconhecimento da diversidade, precisa ser capacitado, mas não precisa ser especialista em determinada deficiência.

A escola cumpre seu papel dando suporte pedagógico adequado ao professor, com intérpretes de sinais, tradutores braile e através da construção de parcerias profissionais e institucionais, que poderão ser muito produtivas para os alunos e para os seus professores.

A inclusão, que havia conseguido espaço com a declaração de Salamanca em 1998, ganha ainda mais destaque com a convenção da Guatemala, em 2004, cujo documento ali formulado preconiza a proibição de qualquer tipo de discriminação, exclusão ou restrições baseadas na deficiência das pessoas.

O Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015, que traz consigo a Lei Brasileira de Inclusão – 13.146/2015, traz, em todos os seus artigos, fundamentação aos documentos advindos dessas leis institucionais, que concretizam e indicam cada vez mais os espaços de inclusão, desde a humanização das ruas, das cidades, à inclusão na escola e no mercado de trabalho (BRASIL, 2015).

Isso dito, a escola precisa começar a atender aquele aluno que não é o ideal. Os alunos e os professores não podem ser reféns de um currículo pedagógico mal organizado, incoerente, que não abre espaço para o talento das crianças relega à exclusão e ao fracasso os indivíduos que não acompanham o ritmo da turma.

A figura do profissional democrático e inclusivo passa a ser entendida como aquele profissional atuante, que coordena as atividades educacionais otimizadoras, quando aliadas ao conhecimento proporcionado pela saúde e pelas ciências da educação, que trazem como consequência imediata o sucesso do desempenho acadêmico do aluno, especialmente aquele que apresenta alguma dificuldade de aprendizagem, facilitando sua inserção na comunidade em que vive.

As dificuldades de aprendizagem são questões vivenciadas diariamente nas escolas, despertando o interesse dos educadores e chamando a atenção para um grande número de crianças que frequentam a escola e são traídas por suas dificuldades de adaptação, de metodologia ou de desenvolvimento desarmônico.

Por muitos anos, estas crianças foram mal diagnosticadas, maltratadas ou ignoradas. Muitas são negras ou vindas das camadas sociais mais comprometidas economicamente, rotuladas como lentas, preguiçosas, até deficientes: estes adjetivos escondem uma prática docente ineficiente ou desinteressada e uma escola que não atende às necessidades dos alunos ou ainda demonstra falta de conhecimento dos que atuam na escola sobre a questão.

Muitos professores ainda ignoram que crianças, adolescentes e adultos podem apresentar algum problema de aprendizagem de ordem orgânica, psicológica ou social/cultural.

Assim, a presença de um profissional diferente, articulado e comprometido com as questões da inclusão na escola, nesses contextos de discriminação e preconceito, permite que o

professor amplie sua reflexão sobre o que está acontecendo com seu aluno, como e porque ele apresenta dificuldades para aprender.

Se admitirmos que a base para a aprendizagem são as necessidades individuais e que a força motriz da conduta humana são os motivos, as aspirações, os desejos e os interesses que se organizam em aprendizagens, estamos aceitando a ideia de que o conhecimento aprendido advém de uma diversidade de necessidades que a maioria dos autores dividem em: materiais, espirituais, biológicas e culturais. De tais necessidades derivam-se muitas outras, que implicam nas diversas formas de organização da sociedade, das questões da cultura e religião, das identidades dos grupos sociais e, sobretudo, nos sentidos de classe e raça entre os indivíduos.

Podemos constatar que o processo de aprendizagem agrupa as necessidades do homem em biológicas: sono, conforto, alimentação, de defesa, sobrevivência; e sociais: interação, afeto, carinho, aprovação, justiça, ideais. Como percebemos, em se tratando de necessidades, somos todos iguais; precisamos, então, reconhecer as diferenças dentro da igualdade na condição de seres humanos.

O desenvolvimento sociocultural leva o ser humano a outras necessidades. Vigotski (2000, p. 85) diz que “a ação do homem surge no processo de desenvolvimento cultural e histórico através de uma ação dirigida ao futuro”.

A forma de ensinar extrapola a sala de aula; a observação do aluno para verificar suas aprendizagens envolve brincar, ouvir, observar como se organizam diante do mundo, das coisas e das pessoas, demonstra a importância do trabalho especializado, que se evidencia no processo de observação, avaliação e intervenção, para minimizar as dificuldades dos alunos.

O professor, a família e a escola envolvem aspectos socioculturais importantes para a aprendizagem. Ensinar e aprender são questões complexas, exigem a participação da família e dos técnicos da escola e necessita de muita reflexão, além de configurar-se como um compromisso social e político e, como anteriormente colocamos, implica em um conhecimento específico sobre as teorias e processos de aprendizagem.

São inúmeras as contribuições do trabalho competente, coletivo e especializado no sentido de estruturar a construção ou reconstrução da aprendizagem dos alunos, compensando ou minimizando as limitações, ajudando o aluno a dirimir ou conviver com suas dificuldades, reavaliando ou redirecionando suas necessidades.

Com objetivos multidimensionais, este profissional adota enfoques integrados de investigação científica e vivências de práticas integradoras em suas atividades, trabalhando os

aspectos preventivos e atuando como agente facilitador dos processos cognitivos, beneficiando os alunos, sejam quais forem suas dificuldades.

### Considerações finais

As diretrizes para atualização profissional passam pela teoria, pela prática e pela busca do conhecimento. Nesta perspectiva, percebemos que a pesquisa, enquanto procedimento acadêmico e profissional, se apresenta como um espaço em que teoria e prática se encontram, resultando em conhecimentos produzidos a partir das constatações dos dados avaliados e analisados no percurso metodológico da pesquisa. Tais achados sugerem novos rumos, novas alternativas para os problemas estudados, fazendo surgir, então, um profissional com conhecimento mais amplo, com uma formação de bases mais sólidas tanto do ponto de vista científico quanto com uma visão mais humanista de si e do outro.

Percebemos que é preciso observar a proposta pedagógica dos cursos de formação enquanto discurso e enquanto prática, e indagar se os desdobramentos dos cursos atendem as necessidades básicas da profissão. A atenção à pesquisa dentro do percurso teórico-metodológicos dos cursos estreita os vínculos com o núcleo formativo e o núcleo profissionalizante, aliando a teoria à prática.

A interrelação entre o ensino formativo, técnico e profissional determina a prioridade dos cursos formativos, levando em conta a ética, o rigor científico e intelectual e o enfoque multi e interdisciplinar, especialmente nas áreas da educação e da saúde.

O compromisso com a competência da ação profissional implica no conhecimento de questões sociais fundamentais, como a eliminação da pobreza, a preservação do diálogo cultural, a consciência clara da relevância social de suas funções, onde quer que as desempenhem, aplicando os princípios da ética humana em todos os seus campos de ação.

Promover e desenvolver a pesquisa nas ações, tanto formativas – dos profissionais da saúde e da educação – como em suas práticas no exercício profissional são passos necessários na trajetória formativa e profissional, dada sua relevância para o desenvolvimento de estudos, objetivos e oportunidades que garantam um processo contínuo em busca do acesso aos bens culturais, à saúde e à educação como direitos assegurados constitucionalmente, para todos.

Ao longo do estudo, percebemos que a pesquisa como instrumento de busca e produção do conhecimento favorece o reconhecimento do ensino e aprendizagem em diferentes contextos. A divulgação de resultados de pesquisas mundiais cria oportunidades de diminuição

da distância entre países considerados desenvolvidos e aqueles tidos como emergentes ou menos desenvolvidos, no âmbito da produção do conhecimento.

As ações cooperativas e os grupos integrados de pesquisadores são uma realidade. Integrados e interligados, através das redes, dos sites da Internet, conversando por e-mail, navegando nos espaços pelo mundo da tecnologia, virtualmente ou não, os pesquisadores do mundo inteiro hoje dialogam, desenvolvem ações colaborativas, e os resultados positivos das pesquisas são socializados, continuados, havendo uma cooperação internacional visando a melhoria da qualidade de vida dos povos.

Faz parte hoje dos planos da Organização das Nações Unidas, da Organização Mundial da Saúde e do Fórum Internacional de Educação, informes atualizados sobre a situação dos conhecimentos relativos a estas áreas, em relação ao ensino superior, em todas as regiões do mundo, promovendo projetos inovadores de formação e pesquisa, destinados à valorização da educação cívica e ao desenvolvimento sustentável para a paz, intensificando, inclusive, os esforços institucionais para pesquisa, para a liberdade acadêmica e para o exercício da responsabilidade social.

O mundo psíquico dos seres humanos está estreitamente ligado ao contexto em que ele está inserido e à forma com que ele vive no decorrer da sua história. Frente a isso, cabe lembrar que Vigotski (2000) já destacava em seus estudos a importância de considerar, nos processos de aprendizagem, a origem e os contextos socioculturais dos alunos. Nesse sentido, discutimos aqui a importância do estudo das concepções e visões do conhecimento, cujo objetivo é capturar como se dão as interações num contexto social escolar e os significados, mediados por procedimentos psicopedagógicos, capazes de perceber e atuar como facilitadores das análises das diferenças humanas enquanto configuração de uma intervenção psicopedagógica, política e sócio-histórica.

Os estudos, pesquisas e aplicações práticas e teórico-metodológicas dos aportes psicopedagógicos oferecem um espaço de discussão sobre um leque de ideias até então estabelecidas sobre aprendizagens, sobre a participação dos pais, sobre o envolvimento da equipe escolar e atendimento psicopedagógico, consolidando, assim, o trabalho coletivo de profissionais dentro do ambiente escolar.

Evidenciamos ao longo do estudo que durante muito tempo qualquer pessoa diferente das consideradas normais – as pessoas com espectro autista; os considerados hiperativos; as pessoas com deficiência; aqueles com dificuldades de aprendizagem – tiveram o acesso à

educação negado, sendo estas, muitas vezes, consideradas incapazes de assimilar conhecimento.

Contudo, é sabido, por fim, que nos últimos anos, aprofundaram-se as discussões sobre a inclusão e sobre os processos psicopedagógicos que permitem o acesso dessas pessoas à educação, através da elaboração de políticas de ações inclusivas, do uso de metodologias alternativas e mobilizando suportes e medidas inter e multidisciplinares, no contexto social e profissional, que estimulam o desenvolvimento integral do Humano.

## REFERÊNCIAS

BOFF, C. **A Teologia da Libertação e a crise de nossa época**. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

BRASIL. **Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 25 maio 2023.

FREIRE. P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: UNICEF, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em: 25 maio 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A Cultura (UNESCO). **Declaração de Salamanca**. Sobre os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO, 1994. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000139394>. Acesso em: 25 maio 2023.

RODRIGUES, J. M. C. **Construindo a profissionalização docente**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003.

SAVIANI, D. **Educação e História no Brasil contemporâneo**. João Pessoa: Ed. Universitária, 2003

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

### ***CRediT Author Statement***

---

**Reconhecimentos:** Não aplicável.

**Financiamento:** Não aplicável.

**Conflitos de interesse:** Não há conflitos de interesse.

**Aprovação ética:** Não aplicável.

**Disponibilidade de dados e material:** Os materiais e dados estão disponíveis nas referências bibliográficas.

**Contribuições dos autores:** As autoras participaram igualmente da concepção do estudo, realização da revisão de literatura e escrita do texto.

---

**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

